

RELATÓRIO ANUAL 2016

CONSELHEIROS

*Sebastião Cezar Leão Colares - **Presidente***
*Francisco Sérgio Belich de Souza Leão - **Vice-Presidente***
*Luís Daniel Lavareda Reis Júnior - **Corregedor***
*Mara Lúcia Barbalho da Cruz - **Ouvidora***
Aloísio Augusto Lopes Chaves
Antônio José Costa de Freitas Guimarães
José Carlos Araújo

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Adriana Cristina Dias Oliveira
José Alexandre da Cunha Pessoa
Márcia Tereza Assis da Costa
Sérgio Franco Dantas

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Chefia de Gabinete da Presidência

Antônia Mônica Rodrigues Fortes

Secretaria Geral

Robson Figueiredo do Carmo

Gabinete Militar

Cel. Alfredo de Souza Verdelho Neto

Assessoria de Comunicação Social

Vera Lucia Alves de Oliveira

Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas

Ricardo de Figueiredo Nunes

Núcleo de Auditoria Operacional

Mario Augusto Medina Viana

Núcleo de Aposentadoria e Pensão

Antonio Armando Barrau Fascio Neto

Diretoria de Orçamento e Finanças

Everaldo Ramos Pinheiro

Diretoria de Planejamento

Ricardo Augusto Garcia de Souza

Diretoria de Gestão de Pessoal

Rodrigo Conte Cunha

Diretoria de Informática

Diógenes Lemos Carneiro

Diretoria Administrativa

Claudinéia Silva Barros

Diretoria Executiva da Escola de Contas

Rosângela Maria da Silva Quadros

Diretoria Jurídica

Francisco Brasil Monteiro Filho

Elaboração

Diretoria de Planejamento

Consolidação

Assessoria Técnica da Presidência

Produção Editorial / Diagramação

Assessoria de Comunicação Social

www.tcm.pa.gov.br

Travessa Magno de Araújo, 474, Telégrafo, Belém-PA, CEP 66113-055

Telefone: (091) 3210-7500

APRESENTAÇÃO

As ações desenvolvidas neste segundo ano de gestão à frente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) se pautaram novamente pelo firme compromisso de contribuir para o aperfeiçoamento e a modernização desta Corte de Contas.

Com isto, consolidou-se a implantação do sistema eletrônico de recebimento e apreciação de prestação de contas dos jurisdicionados do Tribunal, resultando com que no final de 2016 tenha ocorrido o julgamento eletrônico dos primeiros processos de prestações de contas do exercício 2015. A partir de agora em diante todos os procedimentos processuais anuais serão exclusivamente por meio eletrônico.

Consolidou-se também a implantação da Escola de Contas Públicas do Tribunal, que se tornou instrumento indispensável à capacitação dos servidores e agentes municipais e dos próprios servidores do TCM-PA, com o apoio e parceria institucional de outros órgãos governamentais e por meio da interiorização da ação do Tribunal.

O Tribunal intensificou as ações sobre a transparência das contas públicas, condicionando com que os entes municipais passassem a disponibilizar em meio eletrônico os seus Portais de Transparência, em conformidade à legislação vigente no país. Agora o cidadão pode fazer o acompanhamento do uso adequado dos recursos públicos geridos pelo Tribunal e pelas prefeituras e câmaras municipais do Pará.

Foi implantada a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Pará, com a efetiva e sistemática participação do TCM-PA. Ao mesmo tempo, o Tribunal criou uma assessoria de inteligência estratégica voltada para o controle externo, e passou a interagir com a Rede Nacional de Informações Estratégicas para Controle Externo (InfoContas). Este conjunto de ações vai ampliar o uso da tecnologia da informação como formas de conferir maior efetividade às ações de controle externo do Tribunal.

Estas e outras ações relevantes estão inseridas neste Relatório de Gestão Anual, à disposição da sociedade paraense e, em especial, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em cumprimento à Lei Orgânica desta Corte de Contas.

Espera-se, com a disponibilização dessas informações, que a sociedade paraense possa não somente acompanhar o desempenho deste Tribunal, mas também avaliar e contribuir para o aperfeiçoamento desta Instituição de controle externo.

CONSELHEIRO CEZAR COLARES PRESIDENTE

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	4
COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO	5
IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	6
O CONTROLE EXTERNO	7
AUDITORIA DE CONFORMIDADE	8
AUDITORIA OPERACIONAL	11
AUDITORIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DOS GESTORES MUNICIPAIS	13
AUDITORIA SOBRE CONTRATOS, APOSENTADORIAS E PENSÕES	13
REDE DE CONTROLE DE GESTÃO PÚBLICA	14
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO	14
SEMANA DE CONCILIAÇÃO FISCAL	16
DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL	17
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	18
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS MEMBROS E SERVIDORES DO TRIBUNAL	19
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS ENTES JURISDICIONADOS	20
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE SOCIAL	23
RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO	24
OUVIDORIA	25
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	25
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO	28
DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL – COMUNICAÇÃO SOCIAL	28
PLANEJAMENTO E GESTÃO	31
GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2015-2030	32
GESTÃO DE PESSOAS	32
GESTÃO ADMINISTRATIVA	34
CONTROLE INTERNO	46
CORREGEDORIA	47
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	48
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	49
RECEITA REALIZADA	50
DESPESA EFETIVADA	51
GESTÃO FISCAL	52



O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.

A Lei nº 5.033, de 18/10/1982, estatuída pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará e sancionada pelo Governador do Estado, dispôs sobre a Lei Orgânica do Conselho de Contas dos Municípios, conferindo-lhe a incumbência de auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo da administração financeira e orçamentária dos municípios, tendo sua sede na cidade de Belém e jurisdição em todo o território do Estado do Pará. A instalação oficial do TCM-PA ocorreu em 01/03/1983.

A Constituição Federal de 1988 assegurou, como a de outros congêneres, a existência do então Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, voltada ao exercício da fiscalização financeira e orçamentária dos municípios, em toda a plenitude.

O Tribunal Pleno do TCM-PA é integrado por 07 Conselheiros, com as sessões plenárias para deliberações ocorrendo às 3ª e 5ª feiras. É um órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, composto de todos os Conselheiros e presidido pelo Presidente do Tribunal. Os Conselheiros Substitutos, em número de 04, substituem os Conselheiros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância do cargo.

Conforme a Constituição Estadual e o disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 – atual Lei Orgânica do TCM-PA, compete ao Tribunal, dentre outras atribuições, apreciar as contas de governo anualmente prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio; julgar as contas da mesa diretora das câmaras municipais; julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes dos municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, assim como as contas daqueles que tenham recebido recursos repassados pelos municípios ou que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o TCM-PA decide sobre a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a economicidade dos atos de governo e de gestão, assim como das despesas deles decorrentes e, ainda, sobre a aplicação de subvenções, auxílios e renúncia de receitas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional do TCM-PA está assim definida:

Missão	Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.
Visão	Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.
Valores	<i>Ética</i> - Agir conforme normas e princípios, no sentido de conduzir as ações e atitudes a uma escolha justa, legal e moral. <i>Independência</i> - Atuar com isenção e autonomia funcional com base na legalidade e no interesse público. <i>Profissionalismo</i> - Atuar de forma responsável e comprometida com os objetivos institucionais, enfatizando o trabalho em equipe. <i>Tempestividade</i> - Desenvolver as ações de controle externo e de gestão do Tribunal em tempo hábil, a fim de evitar ou minimizar danos. <i>Transparência</i> - dar publicidade, de forma acessível e clara, aos atos de controle externo e de gestão do Tribunal, contribuindo para o controle social.



No pleno exercício de sua missão institucional e tendo como norte o fiel desempenho de sua missão estratégica, o TCM-PA desenvolve um conjunto de ações que objetivam, fundamentalmente, tornar esta instituição um órgão de excelência no controle externo, que seja reconhecido pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.

Para cumprimento de sua missão, o Tribunal dispõe de uma Secretaria Geral, com a finalidade de prestar apoio técnico e administrativo, indispensáveis ao exercício de suas atribuições constitucionais e legais.

As deliberações do Tribunal Pleno assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão. Dessa forma, o TCM-PA aprecia as contas de governo que são prestadas pelos prefeitos, por meio de emissão de parecer prévio às câmaras municipais, e julga as contas dos presidentes de câmaras municipais e os atos dos gestores de recursos públicos municipais de órgãos e entidades da administração direta e indireta, por meio de acórdãos. Além disso, aprecia admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão de servidores municipais, para registro, os quais geram decisões.

AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Por meio da auditoria de conformidade, o TCM-PA verifica a regularidade da execução dos gastos públicos, a legalidade dos atos administrativos e a fidedignidade dos demonstrativos financeiros, a situação econômico-financeira, a legalidade e a regularidade da prestação de contas, com a finalidade de controlar o patrimônio público.

Para a apreciação ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias, vinculadas aos gabinetes dos Conselheiros, elaboram as análises contábeis e conseqüentemente as instruções técnicas conclusivas, de onde poderão derivar notificações aos ordenadores de despesa e/ou o encaminhamento do respectivo processo ao Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM).

Em 2016 foram registrados pela Secretaria Geral do Tribunal 7.377 atos, com o destaque para a publicação de 1.635 acórdãos e de 578 resoluções e a expedição de 2.821 certidões e de 404 alvarás de quitação (Tabela 1).

Tabela 1 – Atos Apreciados e Emitidos pelo TCM-PA – 2016

ATOS	Publicado	Expedido	TOTAL
Acórdão	1.635		1.635
Resolução	578		578
Pre-Julgados	5	10	15
Notificação	574	546	1.120
Ofício		756	756
Telegrama		16	16
Memorando		32	32
Certidão		2.821	2.821
Alvará de Quitação		404	404
TOTAL	2.792	4.585	7.377

Fonte: Secretaria Geral

Em 2016 o Egrégio Plenário do Tribunal apreciou 2.433 processos, dos quais 2.067 foram julgados, referentes à prestação de contas de prefeituras, câmaras municipais, secretarias municipais, institutos de previdência, serviços autônomos de água e esgoto e outros órgãos municipais (Tabela 2).

Tabela 2 - Processos Distribuídos e Julgados pelo Plenário do TCM-PA – 2016

ESPÉCIE	Distribuído	Julgado	TOTAL
Prestação de Contas	51	1.018	1.069
Tomada de Contas		19	19
Recurso	206	175	381
Aposentadoria	79	247	326
Pensão	4	65	69
Nomeação de Servidor		12	12
Contratação de Pessoal Temporária	11	122	133
Remuneração de Prefeito e Vice		9	9
Remuneração de Vereador		34	34
Remuneração de Servidor		13	13
Consulta		22	22
Denúncia		37	37
Exame de Admissibilidade Recursal	15	66	81
TAG		204	204
Medida Cautelar		12	12
Matéria Administrativa		6	6
Contratos		4	4
Convênios		2	2
TOTAL	366	2.067	2.433

Fonte: Secretaria Geral

No caso específico das prestações de contas julgadas em 2016 (Tabela 3), tem-se que:

- Das prestações de contas de prefeituras e secretarias municipais, 57 foram decididas pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação; 151 receberam parecer contrário à aprovação; 65 pareceres foram favoráveis à aprovação com ressalvas; em 8 foi autorizada a reabertura de instrução; e 1 registrada como insubsistente.
- Das prestações de contas das câmaras municipais, 58 foram reprovadas; 37 aprovadas com ressalvas; 23 obtiveram aprovação; em 8 houve instrução de reabertura dos processos, e 1 como insubsistente.
- Das prestações de contas de outros órgãos municipais, incluindo convênios, 220 foram reprovadas; 146 foram aprovadas com ressalvas; 148 foram aprovadas; em 20 foi aprovada a reabertura de instrução de processos; 2 processos arquivados; 1 como iliquidável; e 2 foram trancadas.

Tabela 3 - Prestação de Contas Municipais julgadas pelo TCM-PA – 2016

Natureza	Aprovada	Aprovada c/Ressalva	Negada	Instrução Reaberta	Arquivada	Insubsistente	Iliquidável	Trancada
Prefeituras/Secretarias	57	65	151	8		1		
Câmaras Municipais	23	37	58	8		1		
Outros Órgãos	84	130	208	19	1		1	2
Convênios	64	16	12	1	1		1	
TOTAL	228	248	429	36	2	2	2	2

Fonte: Secretaria Geral

Na análise das prestações de contas pelas Controladorias resultam citações aos gestores municipais; análise de recursos, denúncias, pedidos de informação, análise de contratos e convênios; notificações diversas; reabertura de instrução, pedidos de revisão e outras atividades. Este conjunto de ações permite o aprofundamento das análises técnicas realizadas e a conclusão dos processos, possibilitando o encaminhamento dos processos para julgamento no Plenário, que resultou na análise de 6.447 processos diversos em 2016 (Tabela 4 e Tabela 5).

Tabela 4 - Atividades Desenvolvidas Pelas Controladorias do TCM-PA – 2016

PROCEDIMENTOS	TOTAL
Relatório Inicial	1.035
Citação	1.046
Relatório Final/Complementar	980
Recurso	191
Reabertura de instrução	24
Notificação	466
Pedido de Revisão	6
TOTAL	3.748

Fonte: Controladorias

Tabela 5 - Atividades Complementares Desenvolvidas Pelas Controladorias do TCM-PA – 2016

PROCEDIMENTOS	TOTAL
Inspeção/Diligência	56
Informação	816
Contrato/Convênio	1.617
Remuneração Prefeito/Vereador	144
Denúncia	41
Solicitação Diversa	11
Consulta	14
Total	2.699

Fonte: Controladorias

No final do ano anterior, de 2015, o TCM-PA e o MPCM contrataram conjuntamente a empresa INFOX, especializada em plataforma de processo eletrônico e com experiência em diversos Tribunais de Justiça e em Tribunais de Contas do país, para dar prosseguimento e implantar definitivamente o Sistema de Processo Eletrônico (SPE) nos dois Órgãos de controle externo, para possibilitar agora a apreciação da prestação de contas, cuja entrega já tinha se tornado totalmente eletrônica a partir desse ano.

Dessa forma, ao longo de 2016, as equipes técnicas do TCM-PA, do MPCM, e da INFOX conceberam o desenho de cada etapa do processo e a implantação do referido Sistema, possibilitando com que as prestações de contas (incluindo as prestações do 1º Quadrimestre, 2º Quadrimestre, 3º Quadrimestre e Balanço Geral) de 2015 e 2016 comesçassem a ser apreciadas pelas Controladorias (análise de checklist pelo Cartório, análise pelo Sistema Eletrônico Integrado - REI, elaboração do Relatório Técnico Inicial, defesa preliminar pelo Jurisdicionado, elaboração do Relatório Técnico Final), pelo MPCM (Parecer técnico) e pelos Gabinetes dos Conselheiros (Parecer e elaboração de voto).

Na última sessão plenária do TCM-PA em 2016, no dia 15 de dezembro, o Tribunal viveu um dia histórico, ao realizar seus primeiros julgamentos de processos totalmente eletrônicos, coroando de êxito a implantação do SPE. E mais, a sessão foi transmitida ao vivo pela Rádio Web TCM-PA e pelas redes sociais. Foram julgados 7 processos eletrônicos de 2015, um de cada Controladoria do Tribunal, além de outros processos da pauta de julgamentos.

Com a eletrônica das prestações de contas os processos passam a ser virtuais, ou seja, deixam de tramitar no TCM-PA e no MPCM em numerosos volumes, na forma física (em papel), e passam a ser analisados na forma de documentos eletrônicos, compondo os autos processuais, fazendo com que o tempo de análise e julgamento seja reduzido de forma significativa. Isto propicia maior agilidade, não só na análise processual e no julgamento das prestações de contas, mas também nos demais processos submetidos à fiscalização do Tribunal.

Nos próximos dois ou três anos todos os processos julgados pelo TCM-PA serão feitos de forma eletrônica, com muito mais agilidade, segurança e transparência.

Neste aspecto, cabe assinalar que a eletrônica de processos no âmbito do Tribunal não se restringiu à implantação do SPE; ao contrário, justamente para possibilitar a operacionalização desse Sistema e em consequência do seu funcionamento e seu impacto sobre os métodos de trabalhos até então utilizados no Tribunal, foi adotado como procedimento interno o conceito de computação em nuvem, por um lado com a utilização da memória e da capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet, e por outro lado com o armazenamento de dados do Tribunal sendo feito em serviços que poderão ser acessados de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, de forma remota, através da Internet.

Essa decisão estratégica exigiu do Tribunal investimento significativo de recursos financeiros nessa área, com a contratação de serviço de engenharia para instalação e relocação de rede de fibra ótica e outros serviços de cabeamento, com a consequente migração do núcleo da rede de dados do segundo andar para o térreo no prédio sede do TCM-PA; contratação de serviço E-mail Locaweb, para disponibilização de blocos de caixas postais a serem utilizadas, por um único domínio, para envio e recebimento de e-mails (correspondência eletrônica) pelo Tribunal; aquisição de solução de segurança para rede local, rede sem fio e acesso à Internet e serviço especializado de instalação e integração à rede local e licenciamento com atualização de software; contratação de serviços de computação em nuvem em Data Center externo para hospedagem de aplicações do TCM-PA, no modelo de infraestrutura como Serviço (IaaS), suporte, monitoramento e gerenciamento da infraestrutura em nuvem e aplicações hospedadas.

E, no final de 2016, as ações nesse sentido se concluíram com modernização do parque tecnológico do Tribunal, sobretudo no âmbito das Controladorias, com a aquisição de 203 novos computadores, do tipo estações de trabalho corporativas, que passarão a substituir equipamentos de informática antigos e de memória reduzida.

AUDITORIA OPERACIONAL

Com a auditoria operacional o TCM-PA busca aferir o resultado/desempenho da gestão governamental de um programa, de uma atividade, de um projeto, de uma equipe, de uma organização, ou de uma unidade qualquer, com a finalidade de subsidiar os mecanismos de responsabilização por desempenho e contribuir para aperfeiçoar a gestão pública. As atividades de auditoria operacional são realizadas pelo Núcleo de Auditoria Operacional (NAOP).

Em 2016 o TCM-PA deu continuidade à realização de 07 auditorias operacionais coordenadas pelo TCU, por meio de Acordos de Cooperação Técnica firmado com o TCU, ATRICON e IRB, nas áreas: Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, Educação, Saúde, Governança Pública (2), Folha de Pessoal e Segurança Pública (Tabela 6).

Tabela 6 – Auditorias Operacionais Desenvolvidas no TCM-PA – 2016

Auditorias	Estágio	Atividades Desenvolvidas
Auditoria Coordenada da Educação	Concluída	<p>Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) nos municípios de Alenquer, Santarém, Belterra, Monte Alegre, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Marituba, Belém, Santa Bárbara, Ananindeua, Acará e Barcarena, para avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos de escolas públicas de ensino fundamental que apresentavam indícios de deficiência estrutural mais crítica, assim como a aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR), na dimensão infraestrutura.</p> <p>O Relatório final foi elaborado pela SECEX do TCU, em Belém, posteriormente enviado para o TCU, em Brasília, que consolidou o Relatório nacional e depois procedeu ao julgamento, com o seu resultado definido pelo acórdão TCU nº 1007/2016.</p>
Auditoria Coordenada sobre a Remuneração de Pessoal (extrapolação do teto constitucional) e Acumulação de Cargos	Em andamento	<p>Envio de correspondência para 43 prefeituras e câmaras municipais selecionadas, solicitando informações e a folha de pessoal do mês de março/2016, com o retorno das informações solicitadas e das folhas de pagamento do mês de março/2016 referentes a 90 Câmaras Municipais e 83 Prefeituras Municipais.</p> <p>Em agosto e setembro o TCU e os Tribunais de Contas do Brasil realizaram cruzamento de dados para a adoção das ações de controle adequado, dos indícios de acumulação de cargos e de extrapolação do teto, além do compartilhamento de experiências relacionadas à apuração dos indícios.</p> <p>A apresentação dos resultados das ações de controle, compartilhamento das experiências e sugestões para os próximos cruzamentos de dados, ocorrerá no período de março de 2017 a fevereiro de 2018.</p>
Auditoria Coordenada Integrada dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)	Em andamento	<p>Elaboração do Projeto de Execução da Auditoria Integrada, e início dos trabalhos junto ao Instituto de Previdência e Assistência Social de Belém (IPAMB). Em seguida, foram notificados a SEMAD, a CINBESA, e a Câmara Municipal, para envio de documentos e informações. Foram aplicados questionários e entrevistas aos servidores, diretores, membros do conselho deliberativo e fiscal, núcleos de planejamento e de informática do Instituto e aos analistas da CINBESA. No final de 2016 foi elaborado o Relatório Preliminar da auditoria realizada no IPAMB.</p> <p>Realização de Workshop (jun/2016), em Brasília, na sede do TCU, para consolidação dos resultados da auditoria coordenada, elaboração da matriz de achados e elaboração de um relatório final consolidado de auditoria Assinatura do Termo de Responsabilidade entre o TCM-PA e o TCE-MT para acesso às informações referente à trilha de auditoria utilizada para análise dos investimentos realizados pelos RPPS, confeccionada a partir da troca de informações entre o TCU, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e o TCE-MT.</p>
Auditoria Coordenada da Governança e Gestão em Saúde	Em andamento	<p>Treinamento em Brasília, na sede do TCU, destinado aos servidores dos Tribunais de Contas que participam da atividade de suporte aos respondentes dos questionários enviados aos Secretários Municipais de Saúde e aos Conselhos Municipais de Saúde.</p> <p>Realização do evento “Governança e Gestão da Saúde Pública em organizações Estaduais e Municipais”, no dia 17/02/2016, em Belém, na sede do TCM-PA, com a participação de 232 representantes dos Conselhos de Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e das Comissões Intergestores Bipartite, cujo objetivo foi obter e sistematizar informações sobre governança e a gestão em saúde nas organizações da administração pública estadual e municipal do Estado do Pará. Posteriormente, foram dirimidas as dúvidas e dadas orientações às Secretarias Municipais de Saúde e aos Conselhos Municipais de Saúde, quanto ao preenchimento e encaminhamento dos questionários enviados pelo TCU.</p> <p>O prazo para o encaminhamento dos questionários encerrou-se no dia 30/jun, com o retorno de 81,25% dos questionários, correspondendo a 117 Secretarias Municipais de Saúde e 104 Conselhos Municipais de Saúde.</p> <p>As informações deste levantamento serão consolidadas e divulgadas e subsidiarão a construção de um indicador (IgovSaúde) a ser utilizado como referencial para a adoção de melhorias dos mecanismos de governança e gestão da saúde no Estado do Pará. O Relatório final consolidado, com o resultado do levantamento, será responsabilidade do TCU.</p> <p>Foi finalizado o Relatório Preliminar da auditoria em Saúde no município de Salinópolis, com ênfase nos processos de gestão que afetam a qualidade dos serviços prestados na Atenção Básica.</p>

Fonte: NAOP

AUDITORIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DOS GESTORES MUNICIPAIS

O TCM-PA realiza, por meio do Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas, auditoria específica sobre obras e serviços de engenharia de prefeituras e câmaras municipais, subsidiando a análise realizada junto às prestações de contas dos entes municipais.

Em 2016 o Núcleo realizou inspeção e emitiu relatórios sobre as obras executadas pela Prefeitura Oeiras do Pará, nos exercícios de 2013 e de 2014. Em análise, processos de diversos municípios, com destaque para o Processo da SEHAB/Belém, que trata da urbanização com construção de unidades habitacionais na Vila da Barca; o Processo da SEINFRA/Ananindeua, que trata da coleta de lixo/conservação urbana; o Processo da SEMOB/SEURB/Belém, que se refere ao processo licitatório de elaboração do projeto executivo e execução das obras de implantação do sistema BRT, na Av. Augusto Montenegro; e o Processo da SEMOB/SEURB/Belém, que visa à requalificação do complexo viário do entroncamento.

Em março/2016 foi realizada uma visita técnica ao TCE-MT no para verificar o funcionamento do Sistema GeoObras e coletar dados, tendo sido assinado um convênio de cooperação técnica com aquele Tribunal para cessão de cópia desse Sistema para utilização pelo TCM-PA.

AUDITORIA SOBRE CONTRATOS, APOSENTADORIAS E PENSÕES

O TCM-PA também realiza auditoria específica sobre processos de concessão de aposentadoria, pensão e revisão de proventos encaminhados pelos municípios que mantém regime próprio de previdência, e também sobre os atos de ingresso de pessoal no serviço público municipal por nomeação decorrente de concurso público e decorrente de contratação temporária, por meio do Núcleo de Análise de Contratos, Aposentadorias e Pensões.

A análise dos atos de pessoal ocorre sobre as disposições contidas nos editais, a observância à ordem classificatória, a publicidade, a regular criação de cargos/empregos públicos e a motivação para a contratação excepcional.

Em 2016 foram emitidos 665 pareceres e analisados 28.652 atos de pessoal relativos à concessão de aposentadoria, de pensão, revisão previdenciária, nomeação, contratação temporária, e mais consultas, diligências, recursos e defesa. (Tabela 7).

Tabela 7 - Atos de Pessoal Analisados pelo TCM-PA – 2016

PROCESSOS (Principal e Juntados)	Pareceres	Atos de Ingresso Pessoal Analisados
Concessão de aposentadoria	251	
Concessão de pensão	84	
Revisão previdenciária	36	
Contratação temporária de pessoal	205	25.170
Nomeação por concurso público	30	3.482
Diligências	50	
Consultas	5	
Recursos	2	
Defesa	2	
TOTAL	665	28.652

Fonte: DCAP

REDE DE CONTROLE DE GESTÃO PÚBLICA

Com o intuito de unir esforços para combater a corrupção e o desvio de recursos públicos, o TCM-PA participou ativamente da implantação da Rede de Controle de Gestão Pública do Estado do Pará, que ocorreu em agosto de 2016. Por meio da Rede haverá troca de informações sobre estratégias de investigação, evitando retrabalho dos órgãos envolvidos. A atuação conjunta das forças de fiscalização possibilitará um melhor resultado, pois os órgãos de controle não têm estruturas ideais para fiscalizar tudo, mas uma ação conjunta e coordenada possibilitará o aperfeiçoamento do trabalho, de forma a prestar melhores serviços à sociedade.

Com a atuação da Rede, ocorrerá a capacitação conjunta dos servidores dos órgãos envolvidos, o compartilhamento dos dados que cada instituição detém, e a realização de trabalhos conjuntos, até mesmo porque o intercâmbio de ações é imprescindível para o avanço do combate à corrupção.

A Rede de Controle no Pará é integrada pelos seguintes órgãos: TCM-PA, TCE-PA, TCU, CGU, Procuradoria Federal no Pará, Procuradoria da República no Pará, Procuradoria da União no Estado do Pará, Ministério Público Estadual, Consultoria Jurídica da União, Superintendência da Polícia Federal no Pará, Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, Superintendência Regional da Receita Federal no Brasil-2ª Região Fiscal e Advocacia Geral da União.

Uma das primeiras ações da Rede foi a intensificação da ação já desenvolvida pelo TCM-PA com relação à exigência de que os entes municipais disponibilizassem na Internet os seus Portais de Transparência, cumprindo assim os requisitos determinados tanto pela Lei de Transparência quanto pela Lei de Acesso à Informação.

No final de 2016 os membros da Rede de Controle protocolaram na ALEPA minuta de Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC), com o fim de garantir a institucionalização de comissão de transição de governo, nos âmbitos estadual e municipal. Este processo já está em vigor, no âmbito municipal, com base em Instrução Normativa do TCM-PA, mas é importante que fique consolidado com sua inclusão na Constituição Estadual. O objetivo é contribuir para que as transições de mandatos possam ocorrer em prol do interesse público, guiadas pelo princípio democrático e republicano.

ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO

Com vistas a intensificar e ampliar as ações de controle externo, o TCM-PA criou em setembro de 2016, na sua estrutura organizacional, uma assessoria de inteligência estratégica voltada para o controle externo. Esta área será responsável pelo exercício permanente de ações especializadas orientadas à produção de conhecimento, com vistas ao assessoramento de autoridades competentes, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de controle externo do Tribunal.

Esta nova ação condiz com a gestão de informações estratégicas adotada pelos Tribunais de Contas do país, como instrumento de efetividade do controle externo, em consonância com a deliberação da ATRICON e conforme dispõe o Regimento Interno da Rede Nacional de Informações Estratégicas para Controle Externo (InfoContas), e de acordo com o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC). De forma estratégica e vinculada ao seu Plano Estratégico de longo prazo, o TCM-PA vai intensificar as parcerias com outros órgãos públicos com vistas a desenvolver política de gestão do conhecimento e ampliar o uso da tecnologia da informação como formas de conferir maior efetividade às ações de controle externo.

Para tanto, a Diretoria de Planejamento do Tribunal (DIPLAN) participou, em junho de 2016, do Encontro Nacional do Instituto Rui Barbosa (IRB), cujo tema foi “Inteligência e Controle”, assim como realizou diversas reuniões com a Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP) para, em parceria também com outros órgãos, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), realizar uma capacitação em inteligência para os servidores do Tribunal. Ao mesmo tempo, realizou diversas reuniões com a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da SEGUP, com o setor de inteligência da SEFA, e com a Secretaria de Controle Externo do TCU no Pará, colhendo subsídios para a implantação da Assessoria de Inteligência do Tribunal. Adicionalmente, foi feita uma visita técnica ao setor de Inteligência do TCE-MG.

Com o objetivo de divulgar a iniciativa de criação da Assessoria de Inteligência, de alinhar conceitos de inteligência entre os servidores do Tribunal, estreitar parcerias já estabelecidas, assim como estabelecer novas parcerias com órgãos da administração pública, o Tribunal realizou em outubro de 2016 o Curso de Fundamentos de Inteligência, que foi ministrado por especialistas da ABIN, TCU, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e da SEFA.



Este Curso contou com temas relevantes, tais como: a inteligência como ferramenta de gestão do controle externo, noções básicas de operações de inteligência, técnicas operacionais, processos de trabalho na atividade de inteligência, contrainteligência, e a análise de dados como ferramenta estratégica para as ações de controle externo do TCU.



Ao final do curso o Presidente do TCM-PA anunciou que um dos vários resultados positivos do evento é que, por meio de parceria com CENSIPAM, o Tribunal vai poder acessar imagens de satélites para auxiliar seu trabalho de fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

Nessa área merece destaque o acordo de cooperação técnica com o TCU, por meio do qual o TCM-PA terá acesso ao Programa LabiContas, que é um programa de ponta na área de Inteligência de Controle Externo. Os servidores da Assessoria de Inteligência do Tribunal já foram cadastrados para acessarem o LabiContas, devendo iniciar essas atividades no início de 2017.

SEMANA DE CONCILIAÇÃO FISCAL

O Plenário do TCM-PA autorizou no final de 2016, excepcionalmente, o parcelamento de dívidas não tributárias dos jurisdicionados do Tribunal, em até 20 vezes, propiciando que o pagamento fosse efetuado durante a I Semana de Conciliação Fiscal, realizada no prédio-sede do Tribunal, no período de 05 a 13 de dezembro. Por meio do Programa Especial de Parcelamento de Débitos (PEPD) foram oferecidas oportunidades e condições especiais para que os ordenadores de despesas, como prefeitos e vereadores, quitassem as dívidas não tributárias decorrentes de irregularidades cometidas durante as gestões municipais.

A adesão ao Programa de parcelamento foi presencial, no prédio-sede em Belém, como por meio eletrônico, disponível no site do Tribunal. Uma das vantagens da adesão ao PEPD foi a redução dos juros e multa moratórios da dívida, variando de 15% a 100%, conforme a forma de pagamento negociada. Regimentalmente, o parcelamento é feito em até 10 vezes. Já a possibilidade de parcelar em até 20 vezes se restringiu ao período da Semana de Conciliação. Após a semana, o Tribunal iniciará o processo de cobrança judicial dos débitos não tributários junto à SEFA e à Procuradoria Geral do Estado (PGE).



**I SEMANA
CONCILIAÇÃO FISCAL DO TCM-PA**
Criação do Programa Especial de Parcelamento de Débitos (PEPD)

DEZEMBRO
5, 6, 7, 12 e 13 8h às 14h

Descontos de 15%, de 50% e de 100%
dos juros e multa moratórios
incidentes sobre o valor do débito não tributários de sua responsabilidade

DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL

O TCM-PA aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica e Operacional estabelecido entre o IRB, o TCE-SP, e o TCE-MG, com vistas ao estabelecimento da Rede Nacional de Indicadores Públicos – REDE INDICON, que tem por finalidade compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública brasileira, boas práticas e conhecimento deles advindos na avaliação da gestão pública, bem como auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo controle externo.

Com essa iniciativa, o TCM-PA poderá adotar parâmetros finalísticos destinados a evidenciar o desempenho da gestão pública dos municípios do Estado do Pará, e para tanto decidiu criar o seu próprio Índice de Efetividade de Gestão Municipal - IEGM/TCM-PA, que servirá de subsídio à ação fiscalizatória do controle externo do Tribunal. Este índice será apurado anualmente, mediante aplicação de questionário próprio, contemplando múltiplas visões acerca da gestão pública municipal, inicialmente em 07 indicadores setoriais: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação.



A Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldir Rocha” (ECPCIR), implantada em agosto de 2015, tem por objetivo capacitar os membros e servidores do TCM-PA, os gestores e servidores das prefeituras e câmaras municipais, bem como os membros da sociedade civil organizada que formam o controle social.

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS MEMBROS E SERVIDORES DO TRIBUNAL

Em 2016 a Escola de Contas deu prioridade à capacitação técnica dos servidores do TCM-PA, e também dos servidores do MPCM, sobre os módulos de implantação do Sistema de Processo Eletrônico (SPE) e ao aperfeiçoamento do Sistema que gera o Relatório Eletrônico Integrado (REI), que também integra o SPE, para possibilitar o recebimento e posterior apreciação pelas Controladorias das prestações de contas dos jurisdicionados. Todavia, mesmo assim, a Escola de Contas atendeu outras demandas dos servidores, ampliando o aperfeiçoamento profissional dos mesmos, com participação efetiva em eventos regionais e nacionais (Tabela 8).



Dentre os demais eventos que os servidores participaram, merecem destaque:

- O Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas (VII EDUCORP), cuja 7ª edição foi realizada no Pará pelo TCM-PA e TCE-PA, com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), no período de 5 a 6/09/2016. Este Encontro teve por finalidade promover a troca de conhecimento entre as unidades de Educação Cooperativas dos Tribunais de Contas, garantindo aos servidores dos Tribunais a execução de programas de aperfeiçoamento e a qualificação profissional. Participaram 91 servidores de inúmeros Tribunais de Contas (sendo 17 servidores do TCM-PA envolvidos com a educação corporativa) e membros de 24 Tribunais de Contas do país.
- O Curso sobre Fundamentos da Atividade de Inteligência, que foi ministrado por especialistas do TCU, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e da SEFA-PA. Este Curso teve por objetivo dar conhecimento aos participantes sobre a existência de órgãos do Poder Executivo Federal e Estadual e de Tribunais de Contas que já utilizam operações e processos de inteligência em

suas atividades finalísticas, bem como apresentar conceitos e noções fundamentais no ramo de Inteligência e Contra Inteligência e os princípios básicos da atividade de inteligência aplicada ao Controle Externo. Participaram 60 servidores do TCM-PA e mais 34 técnicos de outros órgãos estaduais e federais parceiros da Rede de Controle da Gestão Pública, como o TCE-PA, o TJE-PA, a ALEPA e o MPCM.

- O Curso sobre Didática para Facilitadores de Aprendizagem, que capacitou os servidores do TCM-PA e do MPCM que já vêm atuando como facilitadores e instrutores dos cursos que a Escola vem realizando para os servidores e gestores municipais, mas que até então não tinham recebido instrução sobre didática de ensino. Portanto, por meio da Escola, o Tribunal investiu na capacitação dos seus servidores/instrutores, para que os mesmos possam melhorar e ampliar os conhecimentos de metodologia do ensino e, com isto, melhorar a eficácia dos cursos de capacitação realizados pela Escola de Contas.

Tabela 8 – Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores do TCM-PA – 2016

Data	Cursos	LOCAL	Participantes
19/01/2016	Eletrônica de Processo no TCM – INFOX – Palestra Geral	TCM-PA	44
01 a 04/02/2016	Eletrônica de Processo no TCM – Capacitação a grupo específico de servidores	TCM-PA	16
07 a 17/03/2016	Eletrônica de Processo no TCM – Capacitação a grupo específico de servidores	TCM-PA	5
27 a 29/04/2016	II Congresso do Ministério Público da Região Norte	Hotel Gran Mercure	26
13 a 17/06/2016	VII SECOFEN – Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios	Belém	39
31/08/2016	Sistema de Processo Eletrônico/Multiplicadores	TCM-PA	22
01 a 03/08/16	Uso do Software e de suas funcionalidades nas Técnicas de Auditoria	TCE-MT	1
29/08 a 19/09/16	Entrevista Aplicada à Auditoria	On Line	3
01, 02, 05, 06/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Multiplicadores	TCM-PA	19
05/06/2016	VII EDUCORP	TCE/TCM	91
12 e 13/09/2016	Licitações e Contratos/LRE	Hotel Regente	10
30/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Multiplicadores	TCM-PA	21
14 e 15/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Controladorias	TCM-PA	126
17 a 19/10/2016	Fundamentos da Atividade de Inteligência	TCM-PA	94
25/10 a 08/11/2016	Relatório Eletrônico Integrado (REI)	TCM-PA	112
29/08 e 29-30/11/2016	Regime Diferenciado de Contratações Públicas – <i>on line</i>	AVEC/TCU	4
21/10 a 18/11/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Gabinete Conselheiros	TCM-PA	24
21 a 23/11/2016	Relatório Eletrônico Integrado (REI) – Gabinete Conselheiros	TCM-PA	37
21 a 25/11/2016	XX Curso sobre Lei de Responsabilidade Fiscal	ABOP/Brasília	1
28/11 a 12/12 e 05 a 07/12 e 12/12/2016	Didática para Facilitadores de Aprendizagem	TCM-PA	24
14/12/2016	Fórum SECON 2016	Hotel Radisson	7
29-30/11 e 01/12/2016	Práticas de Atendimento ao Cidadão em Ouvidoria	CENTRESAF/PA	2
14/12/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Novo Módulo	TCM-PA	23
TOTAL			976

Fonte: ECPCIR

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS ENTES JURISDICIONADOS

Em 2016 a Escola de Contas realizou também eventos direcionados aos jurisdicionados do Tribunal, com o objetivo de subsidiar os gestores e servidores das prefeituras e câmaras municipais sobre o último ano de mandato, visto que neste ano foram concluídos os mandatos legislativo e executivo municipal, e após a realização de novas eleições inicia-se um novo mandato municipal com a escolha e renovação dos prefeitos e vereadores dos municípios paraenses.

O ano de 2016 iniciou-se com a realização em Belém de dois eventos relevantes para a gestão municipal, com a parceria e o apoio do MPCM: a) “*Contas Públicas e Outros Procedimentos no Último Ano de Mandato*”, voltado para os prefeitos e presidentes de câmaras municipais; b) “*1º Encontro TCM com Controle Interno*”, voltado para os membros do Controle Interno dos órgãos das prefeituras e das câmaras municipais, com a realização de palestras e workshops.

Pela importância desses eventos para os jurisdicionados em face do ano eleitoral, o TCM-PA decidiu estender essa capacitação para todas as regiões do Estado do Pará, realizando nove encontros regionais, com a denominação de “*Gestão Responsável em Último Ano de Mandato*”, e agora com a parceria tanto do MPCM quanto da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) – Tabela 9.

Tabela 9 – Capacitação e Aperfeiçoamento dos Jurisdicionados do TCM-PA – 2016

DATA	EVENTOS	LOCAL	TOTAL
18/01/2016	Programa Merenda Escolar	Belém	48
17/02/2016	Governança e Gestão da Saúde Pública em Organizações Estaduais e Municipais	Belém	232
23/02/2016	Contas Públicas e Outros Procedimentos no Último Ano de Mandato	Belém	560
24 e 25/02/2016	1º Encontro TCM com o Controle Interno	Belém	474
31/03 a 01/04/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Parauapebas	292
18 a 20/04/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Salinópolis	186
04 e 05/05/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Paragominas	141
18 e 19/05/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Abaetetuba	159
01 e 02/06/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Redenção	131
08 e 09/06/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Breves	98
15 e 16/06/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Altamira	143
23 e 24/06/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Santarém	209
30/06 e 01/07/2016	Gestão Responsável em Último Ano de Mandato	Castanhal	76
12/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/1ªControladoria	Belém	119
13/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/6ªControladoria	Belém	47
14/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/4ªControladoria	Belém	92
15/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/2ªControladoria	Belém	132
16/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/5ªControladoria	Belém	117
20/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/7ªControladoria	Belém	60
21/09/2016	Sistema de Processo Eletrônico /Jurisdicionados/3ªControladoria	Belém	115
03 e 04/12/2016	Encontro de Prefeitos e Vereadores - Transição Responsável Para uma Gestão de Qualidade	Belém	2.024
TOTAL			5.455

Fonte: ECPCIR

Por meio também da Escola de Contas o Tribunal também realizou, em Belém, um evento específico para os prefeitos e secretários de educação dos municípios da região do Marajó e de Marituba, para discutir o “*Programa Merenda Escolar*” que, em parceria com diversos órgãos do Governo do Estado e da iniciativa privada, buscam melhorar a qualidade da merenda escolar na rede pública de ensino, através de uma alimentação saudável elaborada pela agricultura familiar.

Para reforçar essa parceria, o Tribunal e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia celebraram no final de 2016 um acordo de cooperação técnica com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da merenda escolar na rede pública de ensino do Estado do Pará, por meio da execução do Programa Conexão Agricultura Familiar - Merenda Escolar, o qual deverá sensibilizar dos prefeitos e secretários municipais de educação para aderência ao Programa.

O Tribunal concluiu 2016 com um evento importante e estratégico para a gestão pública municipal: *Encontro de Prefeitos e Vereadores - Transição Responsável para uma Gestão de Qualidade*, realizado no Hangar Centro de Convenções, em Belém, e que contou com 2.024 participantes, sendo 134 prefeitos, 880 vereadores e 1.010 assessores e técnicos municipais.



Este Encontro contou com temas de relevância relacionados à transição de mandatos, prestação de contas para aqueles gestores que estão encerrando o mandato e melhores práticas de gestão pública, os cuidados ao assumir a gestão municipal, a transparência e o controle dos atos públicos, as transferências voluntárias de recursos, e a efetividade dos recursos públicos. Os palestrantes foram gestores de diversos órgãos de controle estadual, federal e municipal, dentre os quais merecem destaque o Ministro Augusto Nardes (TCU) e o Governador do Pará, Simão Jatene, que encerrou o Encontro com a palestra “*Governando com Criatividade e Responsabilidade em Épocas de Crise*”.

Como em todos os eventos de capacitação há a participação e gerenciamento da Escola de Contas, independente do público-alvo e da responsabilidade pela realização dos eventos, e como o TCM-PA vem continuamente estabelecendo acordos de cooperação mútua com outros órgãos e entidades governamentais e não governamentais, há necessidade também de capacitação de servidores desses órgãos e entidades, principalmente sobre as informações analisadas pelo Tribunal em seus sistemas eletrônicos, que resultou com que em 2016 fossem capacitados 41 técnicos de órgãos cooperados (Tabela 10).

Tabela 10 – Capacitação dos Servidores de Órgãos Cooperados – 2016

DATA	CURSOS	LOCAL	ÓRGÃOS	TOTAL
13/01/2016	Sistema E-Contas e Mural Licitações	TCM-PA	SEFA	6
26 e 27/01/2016	Gestão Financeira e Orçamentária Municipal	TCM-PA	PC-DRCO	9
05/02/2016	Sistema E-Contas e Mural Licitações	TCM-PA	DENASUS	21
15/02/2016	Sistema E-Contas e Mural Licitações	TCM-PA	SECON	5
TOTAL				41

Fonte: ECPCIR

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Por meio da Escola de Contas o TCM-PA também realizou, nos municípios de Acará e Concórdia do Pará, a oficina “*Financiamento da Educação*”, em atendimento à solicitação da Coordenadoria de Formação do SINTEP - Regional Baixo Tocantins, com a capacitação de 42 professores da rede pública.

Por meio do projeto “*TCM de Portas Abertas*”, no Auditório Alacid Nunes, prédio-sede, o Tribunal recebeu alunos de ensino superior que conheceram as instalações do Tribunal, a sua forma de funcionamento e, principalmente, a sua função no exercício do controle externo e os principais aspectos das prestações de contas, dentre outros assuntos. Participaram desse projeto 150 alunos de Direito do CESUPA, 35 alunos do curso de Contábeis da Faculdade do Pará (FAP/Estácio), 46 estudantes dos cursos de Ciências Contábeis e Direito da Faculdade Estácio/FAP.

Este projeto foi também realizado no município de Marabá, na Faculdade Carajás, para turmas do curso de Direito, com temas sobre a função do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas e o sistema de Ouvidoria, com a participação de 64 alunos universitários.



RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO



OUVIDORIA

A Ouvidoria se constitui em um canal específico de comunicação e aproximação entre a sociedade civil e o TCM-PA. A Ouvidoria vem suprir uma lacuna na atuação do Tribunal e estreitar o vínculo com a sociedade, e suas diretrizes estão em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Por meio da Ouvidoria o cidadão pode acompanhar a gestão municipal e trazer para o Tribunal suas demandas, assim como os servidores do próprio TCM-PA podem também utilizar esse canal de comunicação para fazer elogios, sugestões, solicitações, reclamações ou relatar notícias de irregularidade.

Qualquer cidadão pode se manifestar junto à Ouvidoria pelos canais de comunicação disponíveis:

- Por Telefone – 0800.200.2125 ou (91) 3210-7577, das 8h às 14hs, de 2ª a 6ª feira
- Por E-mail – ouvidoria@tcm.pa.gov.br
- Pessoalmente ou Correspondência – Prédio-sede do TCM-PA, das 8h às 14hs, de 2ª a 6ª feira

Cartilha da Ouvidoria do TCM-PA

Para possibilitar mais facilidade para o contato com a Ouvidoria, foi produzida uma Cartilha com informações importantes para a sociedade, com redação de fácil entendimento, esclarecendo o que é e como funciona a Ouvidoria, mostrando o passo a passo para o cidadão fazer suas manifestações e obter informações de seu interesse.

Em 2016 a Ouvidoria recebeu 315 manifestações diversas, dentre elogio, sugestão, solicitação, reclamação e notícia de irregularidade, sendo mais expressivo o canal de comunicação via SISOUV para registro das manifestações (Tabela 11).

Tabela 11 – Manifestações Recebidas pela Ouvidoria do TCM-PA – 2016

NATUREZA	Elogio	Sugestão	Solicitação	Reclamação	Notícia de Irregularidade	TOTAL
Presencial	3		5		1	9
Telefone		4	4			8
E-mail		12	30		17	59
SISOUV	4	28	151	5	34	222
Correspondência	8		4	3	2	17
TOTAL	15	44	194	8	54	315

Fonte: Ouvidoria

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Durante o ano de 2015 o TCM-PA desenvolveu, adequou e disponibilizou para a sociedade o seu Portal da Transparência, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI). No início de 2016 iniciou os procedimentos para verificação e controle dos Portais de Transparência das prefeituras e câmaras municipais jurisdicionadas.

Neste sentido, o Tribunal estabeleceu parceria com a Faculdade de Ciências Contábeis (FACICON), da Universidade Federal do Pará (UFPA), com a Controladoria Geral da União (CGU), e com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), para o desenvolvimento da Matriz Única de Análise dos Portais de Transparência dos Municípios Paraenses, com a finalidade de efetivar a cobrança das informações das prefeituras e câmaras municipais, por nível de dificuldade de implementação, no total de 4 níveis, que atendem a LAI e demais legislações.

Para tanto, aprovou por meio da Resolução 007/2016-TCM/PA, de 18/02/2016, a implementação de Termos de Ajustamento de Gestão (TAG), em conjunto com o MPCM, para condicionar os Poderes/municípios (Prefeituras e Câmaras Municipais) a aderirem e implementarem os seus Portais de Transparência, nos níveis 1 e 2, até 31/07/2016, e assim sucessivamente nos demais níveis. Após esse período, foram realizadas verificações pelo TCM-PA aos atendimentos dos níveis 1 e 2 da Matriz, nos sites e Portais de Transparência dos poderes municipais até dezembro de 2016.

No 2º trimestre o TCM-PA notificou os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo municipal, sob sua jurisdição, para cientificá-los da possibilidade de adesão ao TAG, vinculando-os ao atendimento das normativas constantes da Lei de Acesso à Informação – LAI, de acordo com os níveis 1 e 2 da Matriz Única de Análise dos Portais de Transparência, concedendo prazo até 30/03/2016 para que os chefes dos Poderes aderissem voluntariamente ao TAG.

Os Gabinetes e Controladorias do TCM-PA se empenharam até essa data em prestar todos os esclarecimentos necessários à assinatura do TAG e o seu devido encaminhamento à DIPLAN, que passou a ser responsável pela averiguação do cumprimento do TAG, para posterior encaminhamento das providências no âmbito do próprio Tribunal e do MPPA.

Do final de abril até junho de 2016 os municípios aderentes ao TAG receberam instrução para implantação dos níveis 1 e 2 da Matriz Única, durante a capacitação realizada pela Escola de Contas nos encontros regionais sobre “*Gestão Responsável em Último Ano de Mandato*”. No último encontro regional, realizado em Castanhal, o TCM-PA e o MPPA prorrogaram o prazo para assinatura do TAG até 15 de julho de 2016, para os municípios que ainda não haviam feito adesão. Dessa forma, até 31/07/2016 aderiram ao TAG o total de 283 Poderes/municípios, resultando com que apenas 05 Poderes/municípios não fizeram a adesão respectiva.



Após esta data, o TCM-PA enviou ao MPPA a relação dos Poderes/municípios aderentes e não aderentes ao TAG, e deu início às “rodadas de verificação” para conferência nos sites e portais de transparência dos jurisdicionados da aplicação das exigências mantidas na Matriz Única de análise dos Portais de Transparência dos Poderes/municípios aderentes. O resultado foi que quase 50% dos Poderes/municípios aderentes atenderam às exigências estabelecidas no TAG, os quais foram notificados pelo Tribunal pelo resultado alcançado, assim como aqueles que não cumpriram as metas estabelecidas, sendo notificados sobre a possibilidade e a necessidade de ajustes às pendências encontradas (Tabela 12).

Com base nos resultados alcançados o Tribunal realizou, em dezembro de 2016, um evento específico para entregar o “Selo Gestor Transparente” aos ordenadores de despesas de prefeituras e câmaras municipais que cumpriram 100% dos TAGs assinados. Na oportunidade, foi alertado aos gestores que não cumpriram o compromisso assumido sobre as graves consequências a que estarão sujeitos, como a responsabilização penal pelo MPPA, além de provavelmente terem suas contas rejeitadas pelo Tribunal e de serem multados em valores que podem chegar a R\$ 50 mil.

Tabela 12 – Poderes/Municípios Aderentes ao TAG da Transparência – 2016

CONTROLADORIA	CONSELHEIRO RELATOR	TOTAL	ADERENTE (%)	NÃO ADERENTE (%)
1ª Controladoria	Sérgio Leão	44	44 (100,0)	-
2ª Controladoria	Cézar Colares	40	39 (97,5)	1 (2,5)
3ª Controladoria	Mara Lúcia	44	44 (100,0)	-
4ª Controladoria	Antônio José	39	39 (100,0)	-
5ª Controladoria	Daniel Lavareda	42	41 (97,6)	1 (2,4)
6ª Controladoria	Aloísio Chaves	41	38 (92,7)	3 (7,3)
7ª Controladoria	José Carlos	38	38 (100,0)	-
TOTAL		288	283 (98,3)	5 (1,7)

Fonte: DIPLAN

O evento ocorreu em comemoração ao Dia Internacional do Combate à Corrupção (09/dezembro), com a participação da CGU e da UFPA, assim como também para estimular e fortalecer as ações de combate ao desvio de recursos públicos. O Selo Gestor Transparente foi entregue a 16 prefeituras (Canaã dos Carajás, Capanema, Jacareacanga, Itupiranga, Marituba, Paragominas, São Miguel do Guamá, Afuá, Água Azul do Norte, Banach, Peixe-Boi, Piçarra, Terra Santa, Tucumã, Moju e Xinguara) e 8 câmaras municipais (Afuá, Marituba, São Miguel do Guamá, Belém, Paragominas, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Barcarena).

Para o Tribunal a adoção do TAG obteve sucesso, pois outras prefeituras estiveram bem perto de atingir a meta, tendo cumprido de 96% a 98% e, além disso, 283 dos 288 poderes públicos municipais se comprometeram a criar e/ou adequar seus Portais na internet, de forma a se enquadrarem de acordo com a legislação. Essa iniciativa pioneira do TCM-PA, de celebrar os TAGs da Transparência com os municípios, recebeu elogio do TCU, que colocou a ação no rol de boas práticas, considerando-a como um exemplo a ser seguido por outros Tribunais de Contas do país.

Ainda com relação ao Portal de Transparência do TCM-PA, que continuou sendo aprimorado neste ano, possibilitou com que o Tribunal tenha sido considerado, em 2016, o TCM mais transparente do Brasil e inclusive se encontra classificado entre os 10 órgãos de controle mais transparentes do país, segundo estudo realizado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA, 2016). Esta avaliação positiva veio reforçar o princípio concebido pelo Tribunal de que “antes de cobrar transparência dos municípios, o próprio Tribunal tinha que fazer o dever de casa de demonstrar a sua própria transparência”.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

O TCM-PA inaugurou no final de 2016 a primeira edição do seu Diário Oficial Eletrônico. Instituído pela Lei Complementar nº 102/2015, o Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, que pode ser acessado no endereço eletrônico www.tcm.pa.gov.br, é o órgão oficial para comunicação, publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos da Corte de Contas, e que passa a ser veiculado gratuitamente na Internet.



DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL - COMUNICAÇÃO SOCIAL

A divulgação institucional, dando transparência aos resultados e forma de atuação do TCM-PA, é de importância fundamental para o fortalecimento do controle externo. Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação Social realiza distintas ações que propiciam tanto no âmbito interno quanto junto aos meios de comunicação local informações sobre as realizações do Tribunal.

Em 2016 diversas ações foram realizadas, com ênfase à ampla cobertura e divulgação jornalística dos encontros regionais da “Gestão Responsável em Último Ano de Mandato”; da assinatura do TAG da Transparência; da implantação do processo de otimização de habilidades de servidores; da capacitação dos jurisdicionados do TCM-PA no SPE; da realização do VII EDUCORP; da realização da Semana da Ética do Tribunal; da reunião da Rede de Controle de Gestão Pública, no TCM-PA; e da instituição da Assessoria de Inteligência de Controle Externo; do Encontro de Prefeitos e Vereadores, no final do ano (Tabela 13).

Tabela 13 – Atividades Desenvolvidas pela Comunicação Social do TCM-PA – 2016

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Cobertura jornalística e divulgação das atividades do TCM-PA por meio de veículos de comunicação de Belém e do interior do Pará, dos sites do TCM-PA, ATRICON e IRB, da intranet e redes sociais.
Concepção, produção e realização de campanhas por ocasião de cursos, seminários, encontros e datas festivas (em conjunto com outros setores do TCM-PA)
Cobertura, redação de texto e divulgação de visitas institucionais realizadas aos gabinetes da Presidência e dos conselheiros, e demais setores do Tribunal.
Publicidade dos editais do Tribunal.

Atualização regular da página da internet e intranet (<i>sites</i>) do Tribunal.
Produção, edição e registro das palestras ministradas nos cursos promovidos pelo Tribunal na intranet e no site do TCM-PA.
Criação, texto, edição e divulgação do quadro “Quem faz o TCM”, com a divulgação de perfil de servidores do Órgão.
<i>Clipping</i> diário de notícias sobre o Tribunal veiculadas na imprensa local (jornais O Liberal, Amazônia e Diário do Pará), com divulgação do serviço nos endereços eletrônicos de servidores do TCM-PA, cadastrados na Assessoria de Comunicação.
Atendimento presencial e via telefone a consultas em geral, demandadas pelos veículos de comunicação.
Cobertura fotográfica completa de todos os acontecimentos internos e externos realizados pela Presidência do TCM-PA e requisitados pelas demais unidades do Tribunal.
Redação de Avisos, Notas e Notícias de interesse institucional do Órgão.
Elaboração de textos <i>releases</i> , contendo a cobertura das atividades do Tribunal.
Elaboração, impressão e publicação de informações de interesse do público interno no Mural (quadros de avisos/murais fixos nas áreas comuns) do TCM-PA.
Produção prévia e aprovação de material informativo das atividades realizadas pelo TCM-PA, publicado nos veículos de imprensa local (Belém), de teor pedagógico e didático, educativo e fiscalizatório.
Elaboração e divulgação do informativo digital semanal TCM ONLINE.
Abastecimento dos canais de comunicação do TCM-PA nas redes sociais: Facebook, Twitter e Instagram.
Acompanhamento dos trabalhos visando a implantação da rádio interna “Rádio TCM-PA”.
Acompanhamento de conselheiros e servidores do TCM em entrevistas a veículos de comunicação.
Atendimento presencial e via telefone a consultas em geral, demandadas pelos veículos de comunicação.
Idealização, concepção, produção, redação, edição, revisão, e finalização de relatórios e cartilhas (em conjunto com outros setores do TCM-PA).
Redação e desenvolvimento de campanhas voltadas para a saúde do corpo funcional do TCM-PA, em apoio ao Espaço Saúde.
Desenvolvimento de campanha de Endomarketing.
Implantação e Inauguração da “Rádio WEB TCM-PA”.
Implantação e Inauguração da “Galeria dos Conselheiros”.

Fonte: ASCOM

Dentre os eventos que tiveram a participação da Assessoria de Comunicação Social, merecem destaque:



- A implantação e inauguração da Rádio Web TCM-PA, no final de 2016, com o objetivo de aumentar e aperfeiçoar os canais de comunicação social do Tribunal, e melhor atender os princípios e deveres constitucionais de promover e zelar pela transparência pública, em respeito ao direito de informação da sociedade.

Entre os vários serviços que a Rádio Web TCM-PA prestará, destacam-se a transmissão ao vivo das sessões do Plenário, a divulgação das ações do Tribunal, e orientações técnicas aos jurisdicionados. A partir de janeiro de 2017 terá abrangência em todo o país, sendo mais um canal de comunicação entre o TCM-PA e a sociedade.



- A implantação e inauguração da “Galeria dos Conselheiros”, também no final de 2016, constituindo-se em um memorial com as fotos dos atuais conselheiros e aposentados, no hall de entrada do prédio-sede, em Belém. Durante o evento foi realizada uma homenagem aos conselheiros aposentados, que deram importante contribuição para que o Tribunal alcançasse posição de relevância no Pará e no país, como órgão de fundamental importância no combate à corrupção e defesa do exercício da democracia.



PLANEJAMENTO E GESTÃO

GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2015-2030

No final de 2015 foi concluída a elaboração do Plano Estratégico de longo prazo (2015-2030) do TCM-PA. Em 2016, sob a coordenação da DIPLAN, foram realizadas reuniões para definição e planejamento de projetos de implementação das iniciativas estratégicas priorizadas, ao mesmo tempo em que os setores foram provocados a reverem suas atuações e em que agregam na cadeia de valor do Tribunal, resultando no redesenho dos seus modelos de negócio, sob a perspectiva da sinergia entre os setores.

Os setores definiram os indicadores e metas dos macroprocessos que serão pactuados para a medição de resultados que nortearão o monitoramento da execução do Plano Estratégico. Com isto, foi possível realizar a 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), na qual todos os gestores setoriais do Tribunal apresentaram seus modelos de negócio e seus projetos que serão monitorados na execução do planejamento estratégico do TCM-PA.

Em seguida, foram definidas ações preparatórias para implantação dos seguintes módulos: gestão por resultados, inteligência estratégica e inteligência de controle externo. Para a implantação da gestão por resultados, todos os setores do Tribunal foram demandados a definir os indicadores relacionados ao monitoramento dos objetivos estratégicos mais adequados aos seus setores, os quais devem compor o programa de gestão de resultados alinhado com o Planejamento Estratégico de longo prazo do TCM-PA.

No final de 2016 foi realizada a 2ª RAE, na qual foi instalado o Comitê Estratégico Institucional (CEI), composto pelo Conselheiro gestor do Planejamento Estratégico e pelos diretores do TCM-PA, com a missão de coordenar em alto nível as ações de execução do Plano Estratégico de longo prazo, e definida a agenda de reuniões ordinárias da RAE para 2017.

GESTÃO DE PESSOAS

O aprimoramento da política interna de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do TCM-PA. A valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para a consolidação da imagem de excelência do Tribunal. Neste aspecto, no início de 2016 a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) apresentou à Escola de Contas projeto de capacitação para o Desenvolvimento de Carreira que, baseado no Projeto Pedagógico Institucional, visa promover o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e pessoais, dentro de um programa de educação continuada, a formação e o aperfeiçoamento profissional dos servidores.

O Tribunal reuniu inicialmente com a Fundação Dom Cabral, que apresentou programa de desenvolvimento gerencial para os membros e servidores do TCM-PA, mas que não foi concluído e contratado. Após isto, a DGP intensificou contatos com a Escola de Contas para implantação do “Projeto de Capacitação para o Desenvolvimento de Carreira 240^o”, com calendário de implementação previsto a partir de ago/2016.

Ao mesmo tempo, a DGP começou a intensificar os esforços para implementar o “Projeto de Avaliação de Desempenho com foco em Gestão por Competência”, iniciando a fase de pesquisa de mercado, com o apoio da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), para encontrar empresas/profissionais de consultoria com know-how na área pública para o auxílio na implementação do Projeto, que viabilize inclusive ferramenta de tecnologia da informação capaz de viabilizar a gestão informatizada dos resultados. Consequentemente, no 3º trimestre de 2016 o Tribunal contratou a Leme Consultoria, empresa com expertise reconhecida no mercado, com um expressivo portfólio de cliente da administração pública em geral, para conduzir esse Projeto.



Com isto, foi possível promover o mapeamento das competências técnicas, comportamentais e responsabilidades dos servidores do Tribunal, culminando em uma avaliação de desempenho que apontou lacunas de competências, permitindo futura elaboração de projetos de desenvolvimento focadas em minimizá-las, potencializando o exercício das funções dos servidores com foco em resultados. Além disso, com as informações advindas dos levantamentos, além de outros enfoques, poder-se-á investir na mobilidade de pessoal, considerando-se os perfis profissionais então levantados.

As principais etapas de implantação do Projeto foram concluídas no final de 2016, restando apenas a etapa final, que consiste na devolução do feedback aos avaliados pelos respectivos gestores. Em seguida, virá a etapa de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs) e Plano de Desenvolvimento Geral (PDG), cujo objetivo será o de municiar a Escola de Contas com vistas à implementação dos planos de desenvolvimento dos servidores.

Com relação ao projeto de Modernização do Sistema de Gestão de Pessoas, no início de 2016 foi implantado o Sistema de Solicitações Online (e-DGP), desenvolvido no âmbito do próprio Tribunal, que permite aos servidores conforto e agilidade nas demandas à DGP em termos de férias, antecipação de 13º salário, abono de faltas, e outros procedimentos. Com isto, as demandas passaram a ser feitas em meio digital, não mais em papel, em sintonia, portanto, com os esforços de todos em prol da sustentabilidade.

Outra ação desenvolvida pela área diz respeito ao Programa Espaço Vida, vinculado à Divisão Saúde e Qualidade de Vida, que conta com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeuta, nutricionista, assistentes sociais, e equipe de enfermagem. Este Programa desenvolve campanhas gerais, com um calendário anual já definido, consistindo em ações voltadas à saúde, como prevenção ao câncer, antitabagismo, controles da diabetes e hipertensão, dentre outras. Portanto, além de ter esse serviço à disposição dos servidores e colaboradores, durante todo o horário de expediente, contam ainda com as referidas ações e demais atividades voltadas ao seu bem-estar.

Em 2016 foram realizados 10.942 atendimentos pelo Programa Espaço Vida, entre atendimento médico, odontológico, psicológico, nutricional, fisioterápico, de enfermagem e atividades laborais e orientações diversas. (Tabela 14).

Tabela 14 - atendimentos no Espaço Vida – 2016

ATENDIMENTO	TOTAL
Médico	2.265
Odontológico	1.100
Psicológico	460
Nutricional	439
Fisioterápico	753
Enfermagem	4.449
Outros (Atividades Lobarais e Orientações)	1.476
TOTAL	10.942

Fonte: DGP

A equipe de Serviço Social tem por objetivo garantir a prevenção, promoção e educação na área da assistência, socialização, integração e reabilitação de servidores, estagiários universitários e adolescentes inseridos no convênio com a Paróquia São Raimundo, que atuam no TCM-PA, assim como a admissão e controle dos adolescentes aprendizes oriundos do convênio referido. Por sua vez, essa equipe é responsável pelo desenvolvimento do projeto “De bem com o segundo tempo da vida”, voltado à preparação dos servidores na pré-aposentadoria.

Por meio do Programa, o TCM-PA desenvolveu em parceria com o MPCM-PA e a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas dos Municípios (ASTCOM), as Olimpíadas 2016, na Semana do Servidor Público, nas instalações da Tuna Luso Brasileira. O estímulo à prática de esportes e a interação entre servidores foram as principais conquistas na Olimpíada.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Diversas atividades são desenvolvidas no âmbito da área administrativa, que auxiliam o Tribunal no desempenho de suas competências institucionais e legais. Dentre os componentes das atividades administrativas realizadas, merecem destaque: as licitações realizadas, os contratos e/ou convênios formalizados, a gestão de material, do patrimônio e dos serviços gerais e de transportes.

Em 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades na área administrativa:

CONTRATOS

Contrato	001/2016
Contratado	A S SANTOS LEAL SERVIÇOS LTDA EPP
Objeto	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada não incluindo fornecimento de equipamentos e o material necessário para a execução dos serviços, para atender as necessidades do Tribunal
Valor global	R\$ 1.525.600,00
Vigência	05/01/2016 a 04/01/2017
Licitação	Pregão Eletrônico nº 2015/011/TCM
Publicação	08/01/2016

Contrato	003/2016
Contratado	A S SANTOS LEAL SERVIÇOS LTDA EPP
Objeto	Prestação de serviço continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção preventiva e corretiva nas instalações elétricas, mecânicas, hidrossanitárias, rede lógica e reparos gerais do prédio sede do Contratante.
Valor global	R\$ 117.900,00
Vigência	01/02/2016 a 31/01/2017
Licitação	Pregão Eletrônico nº 2015/012/TCM
Publicação	11/02/2016

Contrato	005/2016
Contratado	TECH LEAD LTDA - EPP
Objeto	Solução de segurança para rede local, rede sem fio e internet
Valor global	R\$ 380.000,00
Vigência	02/05/2016 A 01/05/2019
Licitação	Pregão Eletrônico nº 005/2016
Publicação	06/05/2016

Contrato	006/2016
Contratado	TECH LEAD LTDA - EPP
Objeto	Serviços de computação em nuvem
Valor global	R\$ 282.048,00
Vigência	19/04/2016 A 16/10/2016
Licitação	Dispensa nº 02/2016
Publicação	25/05/2016

Contrato	007/2016
Contratado	SETA TELECOM LTDA EPP
Objeto	Locação de quatro switch
Valor global	R\$ 7.200,00
Vigência	23/05/2016 A 22/11/2016
Licitação	Dispensa nº 03/2016
Publicação	31/05/2016

Contrato	008/2016
Contratado	LIP COMERCIAL LTDA - EPP
Objeto	Manutenção de equipamentos de informática
Valor global	R\$ 698.455,20
Vigência	28/06/2016 A 27/06/2017
Licitação	Adesão à Ata
Publicação	07/07/2016

Contrato	010/2016
Contratado	LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S/A
Objeto	Disponibilização de blocos de caixas postais
Valor global	R\$ 5.900,00
Vigência	12/08/2016 A 11/08/2017
Licitação	Dispensa nº 003/2016
Publicação	18/08/2016

Contrato	011/2016
Contratado	LEME CONSULTORIA EM GESTÃO DE RH LTDA
Objeto	Consultoria em Gestão de Recursos Humanos
Valor global	R\$168.590,38
Vigência	16/08/2016 A 15/08/2017
Licitação	Inexigibilidade nº 001/2016
Publicação	22/08/2016

Contrato	012/2016
Contratado	IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ
Objeto	Suporte Tecnol, Certific. e Hosp. do Diário Eletrônico do TCM
Valor global	R\$ 6.000,00
Vigência	18/08/2016 A 17/08/2017
Licitação	Dispensa nº004/2016
Publicação	22/08/2016

Contrato	014/2016
Contratado	F MATTOS DA CUNHA JUNIOR - ME
Objeto	Serviços de locação de dois relógios de ponto
Valor global	R\$ 1.600,00
Vigência	29/08/2016 A 28/09/2016
Licitação	Dispensa nº 006/2016
Publicação	29/08//2016

Contrato	015/2016
Contratado	M A S S ENGENHARIA LTDA
Objeto	Migração de rede de dados do 2º andar para o térreo
Valor global	R\$ 50.029,59
Vigência	29/08/2016 A 06/01/2017
Licitação	Convite nº 003/2016
Publicação	01/09/2016

Contrato	016/2016
Contratado	CLARO S/A
Objeto	Serviços de telefonia móvel
Valor global	R\$ 116.313,72
Vigência	14/09/2016 A 13/09/2017
Licitação	Adesão Ata Registro de Preços
Publicação	11/10//2016

Contrato	017/2016
Contratado	M ANTONIO DE SOUSA - ME - DEDETIBRÁS
Objeto	Serviços de desinsetização, desratização e descupinização
Valor global	R\$ 4.400,00
Vigência	26/09/2016 A 25/09/2017
Licitação	Convite nº 004/2016
Publicação	21/09/2016

Contrato	018/2016
Contratado	LEOPOLDO PACHECO BASTOS
Objeto	CONTRATAÇÃO DE PROJETO DE ISOLAMENTO SONORO
Valor global	R\$ 4.620,00
Vigência	27/09/2016 A 26/10/2016
Licitação	DISP. Nº 005/2016
Publicação	03/10//2016

Contrato	019/2016
Contratado	TECH LEAD SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA – EPP
Objeto	Contratação de serviços especializados de natureza continuada de computação em nuvem em Data Center externo para hospedagem de aplicações do TCM-PA.
Valor global	R\$ 735.000,00
Vigência	17/10/2016 A 16/10/2017
Licitação	Pregão eletrônico nº 2016/07/TCM
Publicação	18/10/2016

Contrato	020/2016
Contratado	BWB NEGÓCIOS PUBLICITÁRIOS LTDA
Objeto	Fornecimento diário de jornais, a fim de atender às necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios
Valor global	R\$7.975,44
Vigência	03/11/2016 A 02/11/2017
Licitação	Disp. Nº007/2016
Publicação	11/11/2016

Contrato	021/2016
Contratado	H3 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME
Objeto	Contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral.
Valor global	R\$ 36.748,80
Vigência	24/11/2016 A 23/11/2017
Licitação	Pregão Presencial nº 2016/02/TCM/PA
Publicação	25/11/2016

TERMOS ADITIVOS

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	005/2015
Contratado	ENKO ENGENHARIA LTDA-ME
Objeto	Artigo 65, Parágrafo 1º da Lei nº. 8.666/93 tem como objeto o acréscimo de 43,47% ao Contrato inicial relativo à Reforma do 1º e 2º pavimentos do prédio sede deste Tribunal
Valor	R\$ 1.136.389,87
Vigência	07/03/2016 a 08/11/2016
Publicação	14/03/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	001/2015
Contratado	HIDROSAM – SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do Contrato
Valor	R\$30.180,00
Vigência	06/01/2016 a 05/01/2017
Publicação	13/01/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	001/2016
Contratado	A S SANTOS LEAL SERVIÇOS LTDA EPP
Objeto	Acrescimo ao valor do Contrato conforme artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93
Valor mensal	R\$ 134.879,45
Vigência	01/03/2016 a 31/01/2017
Publicação	09/03/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	004/2015
Contratado	MARQUES PINTO NAVEGAÇÃO LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato
Valor	R\$ 37.789,68
Vigência	02/03/2016 a 01/03/2017
Publicação	03/03/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	001/2013
Contratado	SOUZA BELÉM LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do Contrato
Valor	R\$ 150.000,00
Vigência	15/01/16 a 14/01/17
Publicação	22/02/2016

Termo aditivo	Quarto
Contrato nº	001/2011
Contratado	CLARO S/A
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor mensal	R\$ 11.000,00
Vigência	13/06/2016 a 12/09/2016
Publicação	17/06/2016

Termo aditivo	Quarto
Contrato nº	003/2012
Contratado	CATAVENTO REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor mensal	R\$ 6.814,32
Vigência	09/04/2016 a 08/10/2016
Publicação	08/06/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	008/2015
Contratado	VIVO – TELEFONICA BRASIL S.A.
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor mensal	R\$ 500,00
Vigência	02/04/2016 a 01/04/2017
Publicação	14/06/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	002/2013
Contratado	ZENITH OMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor mensal	R\$ 6.997,98
Vigência	05/04/2016 a 04/04/2017
Publicação	08/04/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	004/2013
Contratado	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor global	R\$ 173.880,00
Vigência	08/04/2016 a 07/04/2017
Publicação	15/04/2016

Termo aditivo	Quarto
Contrato nº	005/2012
Contratado	TELECOM – SHOPPING DA TELEFONIA LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor mensal	R\$ 2.705,97
Vigência	08/05/2016 a 07/05/2017
Publicação	16/05/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	010/2015
Contratado	AMAZON CARDS S/S
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial
Valor mensal	R\$ 25.500,00
Vigência	16/06/2016 a 15/06/2017
Publicação	17/06/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	016/2015
Contratado	H3 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
Objeto	Acréscimo ao valor do contrato
Valor global	R\$ 33.537,00
Vigência	19/07/2016 a 27/09/2016
Publicação	21/07/2016

Termo aditivo	Quinto
Contrato nº	003/2011
Contratado	AMAZON CARD'S S/S
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 150.000,00
Vigência	13/07/2016 a 12/10/2016
Publicação	14/07/2016

Termo aditivo	Sexto
Contrato nº	006/2012
Contratado	EMPRESA DE PROC. DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 142.335,00
Vigência	01/07/2016 a 30/06/2017
Publicação	06/07/2016

Termo aditivo	Quarto
Contrato nº	007/2012
Contratado	OI MÓVEL S/A
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 7.500,00
Vigência	02/07/2016 a 01/07/2017
Publicação	08/07/2016

Termo aditivo	Quarto
Contrato nº	006/2013
Contratado	PRINT SOLUTION SERV.PROC. DE DOCUMENTOS LTDA-ME
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 123.008,48
Vigência	03/08/2016 a 02/08/2017
Publicação	09/08/2016

Termo aditivo	Segundo
Contrato nº	005/2014
Contratado	VALEVERDE
Objeto	Prorrogação da vigência contratual e inclusão de dotação orçamentária
Valor global	R\$ 430.650,00
Vigência	12/08/2016 A 11/08/2017
Publicação	22/08/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	008/2013
Contratado	M S EVENTOS LTDA ME
Objeto	Prorrogação da vigência contratual e inclusão de dotação orçamentária
Alor global	R\$ 90.000,00
Vigência	02/09/2016 A 01/09/2017
Publicação	31/08/2016

Termo aditivo	Segundo
Contrato nº	006/2014
Contratado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 140.000,00
Vigência	14/09/2016 A 13/09/2017
Publicação	15/09/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	014/2016
Contratado	F MATTOS DA CUNHA JÚNIOR - ME
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 4.800,00
Vigência	29/09/2016 A 27/12/2016
Publicação	11/10//2016

Termo aditivo	Sexto
Contrato nº	009/2011
Contratado	CLARO S/A
Objeto	Prorrogação da vigência contratual
Valor global	R\$ 108.755,64
Vigência	01/09/2016 A 31/08/2017
Publicação	11/10//2016

Termo aditivo	Quinto
Contrato nº	003/2012
Contratado	CATAVENTO REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA
Objeto	Prorrogação de vigência contratual.
Valor global	R\$ 81.771,84
Vigência	09/10/2016 a 08/02/2017
Publicação	14/10/2016

Termo aditivo	Sexto
Contrato nº	003/2011
Contratado	AMAZON CARD'S SS LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial relativo a prestação dos serviços de aquisição eventual/fornecimento de "bilhetes" de vale- alimentação.
Valor global	R\$ 300.000,00
Vigência	13/10/2018 a 12/04/2017
Publicação	14/10/2016

Termo aditivo	Oitavo
Contrato nº	015/2011
Contratado	CA NO MEDIA S/S LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência contratual e acréscimo de 25% do valor global.
Valor global	R\$ 250.000,00
Vigência	15/10/2016 a 14/04/2017
Publicação	31/10/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	011/2013
Contratado	ELEVADORES OK COMÉRCIO DE PEÇAS, COMPONENTES E SERVIÇOS DE ELEVADORES LTDA - EPP
Objeto	Prorrogação da vigência e o reajuste do valor do contrato, com base no INPC-IBGE, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial de 03 elevadores.
Valor global	R\$ 15.911,40
Vigência	23/10/2016 a 22/10/2017
Publicação	26/10/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	018/2015
Contratado	MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência do contrato inicial relativo aos serviços de locação de dois veículos.
Valor global	R\$ 126.960,00
Vigência	30/10/2017 a 29/10/2017
Publicação	08/11/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	005/2015
Contratado	ENKO ENGENHARIA LTDA-ME
Objeto	Prorrogação do prazo da vigência do contrato inicial referente aos serviços de engenharia relativo à Reforma do 1º e 2º pavimentos do prédio sede deste Tribunal.
Valor global	R\$ 1.136.389,87
Vigência	08/11/2016 a 07/02/2017
Publicação	29/11/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	013/2013
Contratado	SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A
Objeto	Prorrogação da vigência do Contrato inicial relativo a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale alimentação.
Valor global	R\$ 4.440.908,16
Vigência	19/11/2016 a 18/11/2017
Publicação	10/11/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	021/2015
Contratado	INFOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Objeto	Prorrogação da vigência contratual e alteração, para correção, do Parágrafo Único da Cláusula Quinta do Contrato.
Valor global	R\$ 1.975.150,00
Vigência	02/12/2016 a 01/12/2017
Publicação	02/12/2016

Termo aditivo	Terceiro
Contrato nº	001/2016
Contratado	A S SANTOS LEAL SERVIÇOS LTDA EPP
Objeto	Contratação de 02 (dois) Auxiliares Administrativo
Valor mensal	R\$ 176.247,08
Vigência	01/12/2016 a 04/01/2017
Publicação	07/12/2016

Termo aditivo	Primeiro
Contrato nº	001/2014
Contratado	BANCO DO BRASIL S/A
Objeto	Modificação da Alínea IV, do Parágrafo Primeiro, da Cláusula oitava do contrato inicial.
Vigência	23/04/2014 a 22/04/2019
Publicação	02/12/2016

CONVÊNIOS

Convênio	001/2016
Conveniada	SEBRAE - PA
Objeto	Cooperação técnica entre os convenientes, com o objetivo de estimular o ambiente favorável à regulamentação e implementação da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
Publicação	11/02/2016

Convênio	S/N
Conveniada	Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Objeto	Mútuo apoio institucional
Valor global	R\$ 180.000,00
Vigência	14/04/2016 a 13/04/2021
Publicação	15/04/2016

Convênio	003/2016
Conveniado	Obras Sociais da Paroquia São Raimundo
Objeto	Realização de estágio de nível médio enquanto ato educativo escolar supervisionado nas
Valor global	R\$ 182.700,00
Vigência	02/05/2016 a 01/05/2017
Publicação	06/05/2016

Acordo de Cooperação Técnica	005/2016
Acordado	Universidade Federal Rural da Amazônia
Objeto	Instituir múltipla e ampla cooperação entre os partícipes.
Valor global	-
Vigência	03/05/2016 a 02/05/2018
Publicação	25/05/2016

Acordo de Cooperação Técnica	S/N
Órgão	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Objeto	Acordo de Cooperação Técnica
Valor global	R\$ 0,00
Vigência	06/07/2016 a 05/07/2021
Publicação	06/07//2016

Termo de Cooperação Técnica	S/N
Órgão	POLÍCIA CIVIL/SEGUP
Objeto	Intercâmbio de informações
Valor Global	R\$ 0,00
Vigência	03/08/2016/ INDETERMINADO
Publicação	04/08//2016

Acordo de Cooperação nº	S/N
Conveniada	CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA
Objeto	Melhoria da qualidade da merenda escolar na rede pública de ensino do Estado do Pará.
Vigência	13/12/2016 a 12/12/2018
Publicação	14/12/2016

Termo de Cooperação Mútua nº	S/N
Conveniada	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ- SEFA/PA; PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ
Objeto	Cooperação mútua entre os signatários no sentido do pleno e permanente exercício da competência institucional.
Vigência	10/2016 a 10/2018
Publicação	15/12/2016

Termo nº	S/N
Conveniada	TCM-RJ
Objeto	Mútua Cooperação Técnica
Vigência	22/11/2016 a 21/11/2017
Publicação	29/11/2016

Termo aditivo	Sexto
Termo de Cooperação nº	011/2011
Conveniada	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Objeto	Cooperação técnica
Vigência	19/12/2016 a 18/12/2017
Publicação	29/08/2016

COMPRAS DIRETAS DE MATERIAL DE CONSUMO - 2016

MATERIAIS DE CONSUMO	VALOR (R\$)
Material de Consumo de Processamento de Dados	16.279,00
Gêneros Alimentícios	24.500,00
Material para Áudio, Vídeo e Foto	1.862,00
Material de Sinalização Visual e Afins	2.070,00
Material de expediente	2.533,60
Material educativo e esportivo	460,00
Software de Base	6.791,40
Material Odontológico	1.125,48
Material de Copa e Cozinha	911,80
Material Elétrico Eletrônico	281,00
TOTAL	56.814,28

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - 2016

SERVIÇOS CONTRATADOS	VALOR (R\$)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	6.188,40
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	1.473,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas	1.371,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Hospedagem	643,00
Outros Serviços de Terceiros - Manutenção e Conservação de Veículos	4.134,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Festividades e Homenagens	1.050,00
Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica – Serviços de Processamento de Dados	162.850,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Serviços Gráficos	33.780,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flâmulas	1.216,00
TOTAL	212.705,40

COMPRAS DIRETAS DE MATERIAL PERMANENTE - 2016

MATERIAL PERMANENTE	VALOR (R\$)
Coleções e Materiais Bibliográficos	252,70
Material Permanente de Processamento de Dados	978.670,80
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.040,00
Material Permanente de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	69.209,91
Material Permanente de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	7.250,00
Mobiliário em Geral	14.840,00
Veículos Diversos	132.999,90
TOTAL	1.205.263,31

LICITAÇÕES CONTRATADAS - 2016

MATERIAL DE CONSUMO	VALOR (R\$)
Material de expediente	104.370,00
Material de consumo de processamento de dados	106.100,00
Produtos de limpeza e higienização	27.908,52
Gêneros de Alimentação	6.707,40
Materiais para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de processamento de dados	367.637,20
TOTAL	612.723,12

SERVIÇOS	VALOR (R\$)
Serviços especializados de solução de segurança para rede local, rede sem-fio e acesso à Internet e serviço especializado de instalação e integração à rede local e licenciamento com atualização de software	380.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços Gráficos	18.380,00
Serviços de Processamento de Dados	774.795,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Limpeza e Conservação	4.400,00
Locação de Máquinas e Equipamentos	9.692,81
TOTAL	1.187.267,81

MATERIAL PERMANENTE	VALOR (R\$)
Equipamentos de Processamento de Dados	14.900,00
Mobiliário em Geral	14.840,00
TOTAL	29.740,00

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO ALMOXARIFADO (EM R\$) – 2016 *

GRUPO DE MATERIAL	ESTOQUE ANTERIOR	MATERIAL ADQUIRIDO	MATERIAL CONSUMIDO	ESTOQUE ATUAL
Material de Expediente	154.009,16		13.668,41	140.340,75
Gêneros Alimentícios				
Limpeza e Conservação	37.349,01		4.625,88	32.723,13
Elétrico e Construção	42.837,14		3.817,50	39.219,64
Impressos, Serviços e Diversos	65.739,52		2.371,01	63.368,51
Processamento de Dados	185.305,43		22.024,38	163.281,05
Medicamentos				
TOTAL	485.240,26		46.307,18	438.933,08

*Em relação ao 3º trimestre de 2016

EMIÇÃO DE FOTOCÓPIAS - 2016

SETORES	TOTAL
Gabinete da Presidência	16.362
Gabinete de Conselheiros	43.858
Secretaria-Geral	358.061
Controladorias	87.166
DAD	15.551
DGP	15.106
Escola de Contas	246.058
Corregedoria	1.419
Núcleo de Obras	1.272
Assessoria de Comunicação	1.710
DIJUR	6.353
NAOP	781
Controle Interno	767
DI	362
Ouvidoria	5.322
DCAP	5.879
DIORF	12.626
DIPLAN	2.815
Ambulatório/Espaço Vida	3.999
Impressora Printsolution (DAD, DGP, Presidência)	110.858
TOTAL	936.325

EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS - 2016

CORRESPONDÊNCIAS	TOTAL
Malotes	129
Carta Registrada	5.264
Carta Simples	92
Telegrama	586
Sedex	316
PAC	2
TOTAL	6.389

TELEFONIA - 2016 (EM R\$)

EMPRESA	TOTAL
VIVO	8.496,47
CLARO	73.342,57
CLARO / Internet	4.965,43
Oi / Móvel	3.174,91
Oi / Fixo	33.979,34
EMBRATEL Ramais	31.712,70
EMBRATEL 0800	1.193,24
EMBRATEL 021	1.440,58
TOTAL	158.305,24

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – FROTA DE VEÍCULOS - 2016

Quantidade Litros			Valor (R\$)		
G	D	Total	G	D	Total
75.069,45	1.460,90	76.530,35	279.570,25	4.429,75	284.000,00

CONTROLE INTERNO



No TCM-PA a supervisão da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial é realizada pela Coordenadoria de Controle Interno (CCI), subordinada à Presidência do Tribunal, e consiste no acompanhamento de processos administrativos, avaliação de resultados e recomendação de ações corretivas, realizadas em despachos e pareceres.

Em 2016 o Controle Interno emitiu 721 pareceres em processos sobre a legalidade de solicitações de servidores feitas ao Tribunal, análise em documentação de prestação de contas de convênios, suprimentos de fundos, comprovantes de viagem e análise diária das documentações que subsidiam as notas de empenho alusivas a contratação direta e licitação/dispensa/inexigibilidade emitidas pelo Tribunal (Tabela 15).

Tabela 15 - Pareceres Emitidos pelo Controle Interno do TCM-PA – 2016

ASSUNTO						
Solicitações de Servidores	Convênios	Licitação Dispensa Inexigibilidade	Contratos Aditamentos	Suprimento de Fundos	Comprovação de Viagem	TOTAL
468	17	129	32	40	35	721

Fonte: CCI

CORREGEDORIA



A Corregedoria do TCM-PA é o órgão orientador e fiscalizador das atividades realizadas pelos membros do Tribunal Pleno e demais servidores do Tribunal. A mais importante dentre as suas atribuições é o poder fiscalizador de identificar e prevenir anomalias administrativas, antecipando-se às irregularidades e agindo de forma preventiva e pedagógica, além de impactar no processo de modernização ao fornecer elementos de monitoramento de metas institucionais.

Em 2016 a Corregedoria realizou diversas atividades voltadas para o cumprimento da sua competência institucional (Tabela 16).

Tabela 16 – Atividades Desenvolvidas pela Corregedoria do TCM-PA – 2016

TÍTULOS	TOTAL
Ofícios Expedidos	37
Memorandos Expedidos	169
Informações	46
Correções	5
Cadastramento das Unidades Orçamentárias	19
Termos de Comparecimento	44
Termos de Acordos	36
Atos, Portarias, Ordem de Serviço e Resoluções	20
TOTAL	376

Fonte: Corregedoria

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2016 (Lei nº 8.232/2015), previu repasse de recursos para o TCM-PA, em valor equivalente ao percentual de 1,60% da Receita Líquida Resultante de Impostos (RLRI). Com isso, a dotação orçamentária aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2016 (Lei nº 8.336/2015), foi de R\$ 162,6 milhões.

No decorrer do exercício de 2016, foram feitas alterações à dotação prevista, para ajustá-la ao valor da RLRI reprogramada para o exercício e, também, para possibilitar a inclusão do superávit de caixa do exercício anterior, composto dos seguintes recursos: do Tesouro Estadual, saldo da conta de movimento (R\$ 1,67 milhão); do FUMREAP (R\$ 463,1 mil) e do Contrato de parceria firmado com o Banco do Brasil S/A em 2014 (R\$ 1,27 milhão). Desse modo, a dotação orçamentária ao final do exercício de 2016 teve o seu valor atualizado para R\$ 164,5 milhões.

Desse valor, destinou-se a quantia de R\$ 152,2 milhões para cobertura de despesas correntes e despesas de capital, incluindo recursos do FUMREAP, do contrato de parceria firmado com o Banco do Brasil e dos convênios de cooperação assinados com o MPCM e a ALEPA, conforme previsto na programação orçamentária do TCM-PA.

Da mesma dotação orçamentária atualizada, que integra o orçamento do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), foi destacada em quotas mensais, no decorrer do exercício de 2016, a quantia R\$ 20,3 milhões, para cobertura da folha de pagamento de aposentados e pensionistas deste Órgão.

Confirmando a austeridade presente na gestão dos recursos, observa-se no resumo da execução orçamentária do exercício de 2016 que o TCM-PA utilizou montante correspondente a 92,5% de sua dotação anual atualizada, restando, pois, um saldo disponível de recursos orçamentários da ordem de R\$ 12,3 milhões (Tabela 17).

Tabela 17 – Execução Orçamentária no TCM-PA – 2016

Em R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO NO EXERCÍCIO	PAGO NO EXERCÍCIO	DISPONÍVEL ORÇAMENTÁRIO
DESPESAS CORRENTES		159.551.418	150.044.091	150.044.091	9.507.327
1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		137.363.529	131.232.372	131.232.372	6.131.157
1.1. Pessoal Ativo	0101	116.740.510	110.609.354	110.609.354	6.131.156
1.2. Pessoal Ativo	0301	359.784	359.784	359.784	
1.2. Pessoal Inativo e Pensionista		20.263.234	20.263.233	20.263.233	1
1.2.1. Aposentadorias, Pensões, Reformas	0101	7.527.460	7.527.459	7.527.459	1
1.2.3. Aposentadorias, Pensões, Reformas	0254	5.048.888	5.048.888	5.048.888	
1.2.5. Aposentadorias e Reformas	0258	7.686.886	7.686.886	7.686.886	
2. OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO		22.187.889	18.811.719	18.811.719	3.376.170
2.1. Outras Despesas Correntes	0101	20.222.441	17.409.160	17.409.160	2.813.281
2.2. Outras Despesas Correntes	0301	1.301.458	1.072.269	1.072.269	229.189
2.3. Outras Despesas Correntes	0312	34.055	34.055	34.055	
2.4. Outras Desp. Correntes – FUMREAP	0375	427.935	216.485	216.485	211.450
2.5. Outras Desp. Correntes – Convênios	0101	202.000	79.749	79.749	122.250
DESPESAS DE CAPITAL		4.995.381	2.187.021	2.187.021	2.808.360
3.1. Equipamentos e Mat. Permanentes	0101	1.500.000	1.195.670	1.195.670	304.330
3.2. Obras, Equipam. e Mat. Permanentes	0106	1.528.312	60.828	60.828	1.467.484
3.3. Equipamentos e Mat. Permanentes	0112	516.638			516.638
3.4. Equip. e Mat. Permanente – FUMREAP	0175	315.908			315.908
3.5. Obras e Instalações	0306	532.367	532.367	532.367	
3.6. Equip. e Mat. Permanente - FUMREAP	0375	35.156			35.156
3.5. Obras e Instalações	0101	335.000	176.868	176.868	158.132
3.6. Obras, Instalações e Reformas	0112	105.000	94.287	94.287	10.712
3.7. Outras Despesas Correntes - Leilão	0123	127.000	127.000	127.000	
TOTAL GERAL (A + B)		164.546.799	152.231.112	152.231.112	12.315.687

Fonte: DIORF

RECEITA REALIZADA

No decorrer do exercício financeiro, à medida que as receitas tributárias e transferidas vão efetivamente se concretizando, a SEFA repassa, mensalmente, aos Órgãos e Poderes constituídos, o valor correspondente aos seus percentuais sobre a RLRI, definidos na LDO.

O que se observou no decorrer do exercício de 2016 foi que, em decorrência do acirramento da crise econômica no país, os valores repassados pela SEFA ao Tribunal em 2016, na fonte Tesouro do Estado, ficaram abaixo dos valores repassados nos exercícios de 2014 e 2015 e pouco acima da previsão de repasses mensais definida na referida LDO para o exercício de 2016 (Tabela 18).

Tabela 18 – Demonstração Comparativa de Quotas Previstas e Repassadas ao TCM-PA – 2014-2016
(Em R\$)

MÊS	EXERCÍCIOS ANTERIORES *		2016	
	2014	2015	VALOR PREVISTO	VALOR EFETIVADO
JAN	11.213.988,65	10.893.031,24	11.657.359,68	10.960.559,05
FEV	11.734.757,62	10.348.849,00	11.961.706,11	11.419.961,30
MAR	11.678.851,45	11.557.855,66	11.849.359,68	11.730.066,11
ABR	10.934.994,57	12.631.857,55	11.695.759,68	11.049.059,92
MAI	12.299.371,58	11.719.293,94	11.182.258,92	11.542.760,64
JUN	11.431.587,06	12.557.328,62	11.649.637,80	11.587.043,80
JUL	11.522.429,09	12.472.945,26	10.904.983,13	11.558.956,09
AGO	11.536.054,05	11.591.947,48	11.414.532,24	12.139.551,21
SET	11.937.580,12	12.365.788,79	11.078.647,49	11.537.622,83
OUT	11.831.849,89	12.329.220,56	11.345.850,94	11.855.295,05
NOV	12.370.414,44	11.674.571,74	11.765.742,14	11.980.597,12
DEZ	15.400.961,89	14.489.143,35	13.020.693,95	12.464.000,83
TOTAL	142.892.840,41	144.631.833,19	139.526.531,76	139.825.473,95

Fonte: DIORF

(*) Os valores de 2014 e 2015 foram atualizados para 2016 pela variação do IPC-A, nos mesmos períodos.

Por sua vez, a receita total do TCM-PA no exercício de 2016, composta das quotas orçamentárias do Tesouro Estadual, das transferências do IGEPREV para custeio mensal da folha de inativos, da arrecadação de multas devidas ao FUMREAP, do contrato de parceria com o Banco do Brasil S/A, dos repasses dos convênios firmados com o MPCM e ALEPA, e dos rendimentos de aplicação das disponibilidades de caixa do Tribunal, totalizou o valor de R\$ 158,8 milhões (Tabela 19).

Tabela 19 - Receita Efetivada no TCM-PA – 2016

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	RECEBIDO NO 1º TRIMESTRE	RECEBIDO NO 2º TRIMESTRE	RECEBIDO NO 3º TRIMESTRE	RECEBIDO NO 4º TRIMESTRE	TOTAL RECEBIDO EXERCÍCIO
Receita do Tesouro – Superávit	0301	1.676.275				1.676.275
Quotas Financeiras Recebidas	0101	34.110.586	34.178.864	35.236.130	36.299.892	139.825.472
Repasso do IGEPREV	0254-0258	2.977.660	2.936.586	2.929.851	3.891.677	12.735.774
Rendimento de Aplicação	0112	117.330	199.985	281.966	307.340	906.621
Ressarcimento de servidores cedidos	0101	42.901	31.121	37.913	504.914	616.849
FUMREAP – Superávit de 2015	0375	463.091				463.091
FUMREAP – Arrecadação	0175	177.534	359.350	178.449	182.816	898.149
Contrato BB S/A – Superávit	0306	1.272.566				1.272.566
Contrato BB S/A – Rendimento	0106	23.164	21.749	10.440	2.740	58.093
Convênios MPCM e ALEPA	0101	83.625	102.424	3.931	2.550	192.530
Ressarcimento de Despesas	0101	17.900	6.000	12.000	11.000	46.900
Leilão de veículos	0123			127.000		127.000
TOTAL		40.962.632	37.836.079	38.817.680	41.202.929	158.819.320

Fonte: DIORF

DESPESA EFETIVADA

No exercício de 2016 as despesas efetivadas e pagas totalizaram R\$ 152,2 milhões. Com isso, ao final desse período, o total do superávit financeiro foi da ordem de R\$ 5,76 milhões, que compreende: recursos do Tesouro (R\$ 4,65 milhões); contrato de parceria com o Banco do Brasil (R\$ 11,16 mil) e do FUMREAP (R\$ 1,14 milhão).

Torna-se importante ressaltar que as despesas com a Folha de Pagamento de Pessoal, representaram no exercício 86,2% do total de despesas do Tribunal, enquanto que Outras Despesas de Custeio e de Capital totalizaram 12,4% e 1,4%, respectivamente (Tabela 20).

Tabela 20 - Despesas Efetivadas no TCM-PA, por Fonte de Recurso – 2016

Em R\$-1,00

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	EMPENHADO NO EXERCÍCIO	PAGO NO EXERCÍCIO
DESPESAS CORRENTES		150.044.091	150.044.091
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		131.232.372	131.232.372
Servidor Ativo	0101	110.609.354	110.609.354
Servidor Ativo	0301	359.784	359.784
Servidor Inativo e Pensionista	0101	7.527.459	7.757.459
Servidor Inativo e Pensionista	0254	5.048.888	5.048.888
Servidor Inativo e Pensionista	0258	7.686.886	7.686.886
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO		18.811.719	18.811.719
Outras Despesas Correntes - Tesouro	0101	17.409.160	17.409.160
Outras Despesas Correntes - Superávit	0301	1.072.269	1.072.269
Outras Despesas Correntes	0312	34.055	34.055
Outras Despesas Correntes - FUMREAP	0375	216.485	216.485
Outras Despesas Correntes - Convênios	0101	79.749	79.749
DESPESAS DE CAPITAL		2.187.021	2.187.021
Equipamentos e Materiais Permanentes	0101	1.195.670	1.195.670
Obras e Instalações - Tesouro	0101	176.868	176.868
Obras, Equipamentos e Materiais Permanentes	0106	60.828	60.828
Obras e Instalações - Superávit	0306	532.367	532.367
Equipamentos e Materiais Permanentes	0123	127.000	127.000
Obras, Instalações e Reformas	0112	94.287	94.287
TOTAL (A + B)		152.231.112	152.231.112

Fonte: DIORF

GESTÃO FISCAL

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e com base no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Anexo I do mesmo diploma legal, o percentual da Despesa Total com Pessoal (DTP) nos últimos 12 meses, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2016, foi de **0,53%** da Receita Corrente Líquida. Esse percentual está situado abaixo dos três limites previstos da legislação vigente, que estabelece como de **alerta** (0,58%), **prudencial** (0,62%), e **máximo** de (0,65%), os quais foram calculados e fixados com total observância à previsão do Art. 17, § 3º, inciso I, da LDO para o exercício (Lei nº 8.232/2015), vigentes a partir de janeiro de 2016 (Tabela 21).

Tabela 21 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal no TCM-PA – Período de Janeiro a Dezembro de 2016

(Em R\$)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR N/PROCESSADOS
I – DESPESA BRUTA COM PESSOAL	131.340.555,32	
Pessoal Ativo	108.802.052,76	
Pessoal Inativo e Pensionistas	22.538.502,56	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização		
II – DESPESA NÃO COMPUTADA COM IRRF (Resolução TCE nº 16.679/03)	20.115.301,43	
Imposto de Renda Retido na Fonte	20.115.301,43	
III - DESPESA NÃO COMPUTADA (§ 1º do Art. 19 da LRF)	17.505.682,84	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.244,35	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da aprovação		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.118.433,09	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.376.005,40	
IV – DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I – II)	93.719.571,05	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
V – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	17.715.531.305,58	
VI – DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV)	93.719.571,05	0,53
VII – LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II, III, art. 20, da LRF)	115.150.953,49	0,65
VIII – LIMITE PRUDENCIAL (0,95 x VII) (Parágrafo único do art. 20 da LRF)	109.393.405,81	0,62
IX – LIMITE DE ALERTA (0,90 x VII) (Inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	99.527.973,80	0,58

Fonte: DIORF

Relatório de Gestão Fiscal sujeito a ajustes, em razão de ainda não ter sido publicada, pela SEFA, a receita corrente líquida do exercício de 2016.